

# O QUE MUDOU DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO

Luís Salgado de Matos

**D**e depois do 11 de Setembro, uma única mudança é certa: passámos a falar do 11 de Setembro. Porquê?

Resumamos os factos tal como são hoje conhecidos. Naquele dia do ano de 2001, como é sabido, islamistas fundamentalistas raptaram aviões comerciais com os quais cometeram atentados nos Estados Unidos, o principal dos quais consistiu em arremeter as aeronaves roubadas contra as «Torres Gémeas» em Nova York, destruindo-as, matando-se a si próprios e aos que nelas estavam no momento do embate. Os Estados Unidos atribuíram o atentado a uma organização de contornos mal definidos, a Al-Qaida, que caracterizavam como uma federação de terroristas fundamentalistas islamitas aparentemente de persuasão *waabita*, cujos objectivos (*Zwecke*) ficaram por especificar; sem um mandato das Nações Unidas nem de nenhuma outra organização internacional, atacaram militarmente o Afeganistão, governado por extremistas islâmicos, os Taleban, que Washington tinha por a base da Al-Qaida; após uma fácil vitória militar em Cabul – os Taleban recuaram ou fugiram, o que está por esclarecer –, os Estados Unidos invadiram o Iraque, o país central do Médio Oriente pós-otomano, governado por uma ditadura laica cuja etnia de base é sunita. Washington considerava que o regime de Bagdad: 1) era uma ditadura tirânica; 2) possuía armas de destruição maciça (ADM, ou WMD na sigla inglesa); 3) e, segundo o Sr. Blair, vectores capazes de os transportar, precisando de apenas 45 minutos para destruir o Ocidente; 4) era aliado da Al-Qaida, tendo colaborado nos atentados do 11 de Setembro. Estes quatro argumentos foram copiosamente distribuídos à opinião pública norte-americana e mundial, com base em informações dos serviços secretos norte-americanos e britânicos, como justificação da «guerra preventiva». A opinião americana aceitou-os. Forças militares dos EUA, e de uma pequena coligação na qual avultava o Reino Unido, invadiram o Iraque, também sem autorização das Nações Unidas nem fundamentação jurídica conhecida. Depois da invasão, as acusações 2), 3) e 4) não foram provadas ou vieram mesmo a revelar-se falsas, graças a inquéritos conduzidos pelos Estados Unidos sobre a sua espionagem. Em 2004,

EM 2004, A OPINIÃO NORTE-AMERICANA PASSOU A QUESTIONAR A POLÍTICA DO SEU PAÍS NO IRAQUE, EMBORA CONTINUASSE A DEFENDER UMA ACÇÃO FIRME CONTRA O TERRORISMO.

a opinião norte-americana passou a questionar a política do seu país no Iraque, embora continuasse a defender uma acção firme contra o terrorismo. Esta mudança ocorreu após a dificuldade crescente em concretizar no terreno a vitória militar no Iraque, devido à resistência no terreno; às notícias de torturas de iraquianos na prisão militar norte-americana de Abu Ghraib; e às referidas informações oficiais sobre as invenções iraquianas dos serviços secretos norte-americanos.

## DOIS GRUPOS

O mundo dividiu-se em dois grupos após a invasão do Iraque em 2003. O primeiro é formado pelos Estados Unidos. Estes consideraram que tinha começado uma guerra e responderam com armas, sem fazerem nenhum esforço significativo para definirem uma doutrina comum com os seus aliados tradicionais; os restantes países agiram como se o assunto só de modo indirecto os respeitasse e condenaram a acção militar *yankee*. Raramente a *landmass* euro-asiática esteve tão unida como na condenação da acção norte-americana no Médio Oriente.

O parágrafo anterior refere-se apenas às opiniões públicas nacionais. Governos e grupos dirigentes exteriorizaram atitudes diferentes das opiniões públicas. Alguns deles apoiaram os Estados Unidos. Além do Reino Unido, a Espanha deu apoio explícito. Um certo número de países da União Europeia, entre os quais Portugal, deu apoio político aos Estados Unidos, com a chamada «Carta dos Oito».

Sumariados os principais factos, tentemos identificar as mudanças que podemos imputar ao 11 de Setembro, de modo directo. Por uma questão de simplicidade expositiva, distingamos entre as alianças e acções internacionais, as modificações estruturais na sociedade internacional, as mudanças na estruturação interna dos estados.

## EFEITOS NAS ALIANÇAS E ACÇÕES INTERNACIONAIS

As modificações nas alianças internacionais, atribuíveis ao 11 de Setembro, são a crise da Aliança do Atlântico Norte, devida à oposição entre as opiniões públicas norte-americana e europeia; a divisão política da Europa entre um grupo atlantista e outro que virá a ter uma hegemonia continental; e a re-emergência da *landmass*. Em rigor, só este último factor é novo, facilitado pela actual debilidade do Estado russo.

Aqueles três factos novos são conflituantes entre si: a divisão europeia facilitará uma nova aliança atlântica e esta debilitará a Eurásia. É cedo para sabermos qual deles se imporá. A União Europeia assistiu ao 11 de Setembro mas não interveio nele. Divergiu dos Estados Unidos mas não foi essa divergência que atrapalhou Washington. A atrapalhação veio da luta no terreno do Iraque e não da oposição movida pelos Estados europeus, pela esquerda europeia ou mesmo pela opinião pública mundial.

As nações, que apoiaram ou hostilizaram menos os Estados Unidos, estão na periferia da Eurásia, tanto a Oeste (Reino Unido, Península Ibérica, Itália) como a Leste (Japão) ou na periferia ocidental da Rússia.

Os Estados Unidos experimentavam uma originalidade: no Médio Oriente, tinham de combater países que antes haviam integrado impérios europeus. Para resolverem o dilema moral, parece que terão preferido os xiitas aos sunitas – mas havia quem supusesse que esta escolha fosse apenas a fantasia de um *kremlinólogo* reconvertido em *arabólogo* pois era de tal modo absurda que fazia rezear as piores trapalhadas.

Contra o saber convencional, o conflito israelo-árabe continuou submetido à sua dinâmica própria e não foi contaminado pelo ataque dos Estados Unidos a um país árabe. Em termos europeus e sul-americanos, o terrorismo fundamentalista islâmico terá substituído a revolução de origem laica como principal ameaça de alteração da ordem – e talvez esperança revolucionária. Mas esta conclusão é aqui posta a benefício de inventário. A guerra do Iraque trouxe várias confirmações do ponto de vista militar: a superioridade tecnológica dos Estados Unidos permite ganhar todas as guerras, com poucas perdas próprias e do inimigo; os Estados Unidos têm dificuldade em ocupar com a toga o terreno que conquistam com as armas; a única forma de resistir à tecnologia militar norte-americana é regredir para o terrorismo pré-moderno.

### **MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL**

São várias as modificações estruturais na sociedade internacional decorrentes do 11 de Setembro. A primeira é a consagração de um novo tipo de actor internacional, sem natureza territorial. Não é Estado nem supra-Estado. No caso, esse actor é a Al-Qaida. Este novo tipo de actor não é tão novo como isso. A pirataria marítima até ao século XIX fora um sujeito internacional relevante. A novidade está na capacidade de destruição e de autodestruição de que a humanidade hoje dispõe<sup>1</sup>.

Para não falar de outros sujeitos internacionais, bons e sensatos, como a Santa Sé e a Cruz Vermelha Internacional, dificilmente assimiláveis por uma sociedade internacional baseada em Estados-nação.

Voltemos à Al-Qaida. É mal conhecida e pasto de muito intoxicador, mais ou menos experimentado. É uma força armada não estatal. É duvidoso que esta erupção de forças armadas infra-estatais – que aliás não é nova – venha só por si a ter consequências estruturais.

As actuais forças armadas não-estatais – legais ou ilegais – não se limitam à Al-Qaida. Essas forças decorrem do enfraquecimento da instituição em relação à ordem: tal como a hierarquia católica (a instituição religiosa) é atacada em toda a parte, os exércitos estatais (a instituição militar) enfrentam a concorrência de forças armadas directamente saídas da ordem<sup>2</sup>.

Outro facto novo foi a consagração do conceito de «guerra preventiva» por parte dos Estados Unidos. Esta concepção é contrária à Carta das Nações Unidas, sugerida ao

mundo pelos mesmos Estados Unidos. Sem o nome, o conceito já tinha sido aplicado no Kosovo, com geral apazimento europeu e igual falta de títulos de legitimidade. É pouco provável que a noção de «guerra preventiva» seja oficializada, pois inibe a potência dominante de constituir os vassalos que lhe diminuem o esforço para manter o seu domínio. Com efeito, essa noção de «guerra preventiva», ligada à superioridade da tecnologia militar, significa que o poder nas metrópoles está condenado pela nova «diplomacia da canhoneira». E legitima o ataque dos dominados aos dominadores, simbolizando por isso o fim do Direito.

### **MUDANÇAS NA ESTRUTURAÇÃO INTERNA DOS ESTADOS**

É sabido que a guerra favorece os «estados de exceção» que são um reforço do poder do executivo e enfraquecimento dos direitos individuais. Assim ocorreu também em maior grau nos Estados Unidos – que pela primeira vez estabeleceram um Ministério do Interior – do que na Europa. A situação mais grave foi a dos prisioneiros militares de Guantánamo (Cuba) que Washington pretendeu subtrair à justiça estado-unidense, com o surpreendente argumento de não ser norte-americana a soberania sobre o território daquela base; como não lhes era reconhecido o estatuto de «prisioneiros de guerra», corriam o risco de se tornarem não-pessoas, o que seria um fruto original da democracia representativa.

É interessante observar que, nos Estados Unidos, o Executivo não foi travado nem pelo Congresso nem pelos meios de comunicação social. Ambos eram reféns da popularidade inicial da guerra iraquiana. Se a popularidade vacilava, outra razão surgia: após o Vietname, fora aperfeiçoada a tecnologia social de domínio das assembleias eleitas e da comunicação social.

Esse papel coube aos tribunais dos Estados Unidos que souberam impor a jurisdicionalização dos prisioneiros de guerra em Guantánamo. Já noutras crises tinha sido esse o papel dos tribunais<sup>3</sup>.

A guerra preventiva tinha outra consequência no funcionamento da democracia representativa: os serviços de espionagem passavam a ter um papel decisivo na definição das liberdades públicas. Vejamos. Sendo legítima a ofensiva militar contra um dado Estado, essa legitimidade exigia que fosse certa a periculosidade potencial dele. Se esse Estado preferisse ocultar a sua força para atacar de surpresa, o conhecimento dessa situação só podia resultar da acção dos serviços secretos.

Por definição, aqueles serviços têm escapado ao escrutínio dos meios de comunicação social e também ao das Assembleias eleitas. A institucionalização da doutrina da guerra preventiva seria um novo e poderoso elemento de reforço do poder executivo.

Este reforço foi suspenso devido ao total fracasso dos serviços secretos ocidentais no Iraque. O Presidente Bush e o primeiro-ministro Blair deram garantias que vieram a provar-se serem falsas, na fé das informações das respectivas espionagens. Os Estados Unidos e o Reino Unido promoveram inquéritos à acção daqueles serviços,

com o objectivo de averiguar a respectiva eficácia e de ilibar os chefes do executivo: ambos foram enganados mas não mentiram nem mandaram mentir. A absolvição política tocava assim a consciência e corria o risco de parecer o confessorário<sup>4</sup>. O Senado dos Estados Unidos produziu um relatório mais vasto sobre o 11 de Setembro que também inclui recomendações sobre os serviços de espionagem<sup>5</sup>; propôs a solução original de democratização do controlo dos serviços secretos. Devemos, ainda, anotar as propostas do relatório Markl que visa também democratizar as actividades de espionagem, criando uma comunidade de acesso credenciado aos dados de *intelligence*<sup>6</sup>. Os estados europeus passaram ao largo do reconhecimento desta necessidade de modernização dos serviços de informação, que aliás os Estados Unidos, depois de 11 de Setembro, conseguiram formular mas não concretizar.

Sob a influência do 11 de Setembro, minorias islâmicas em alguns estados europeus parecem estar na iminência de se instituírem em partidos políticos de base étnico-religiosa, o que suscitava dúvidas sobre a capacidade de adaptação dos respectivos regimes políticos. Para evitar este movimento o Presidente Chirac fez aprovar uma lei proibindo sinais religiosos exteriores nas escolas e estabelecimentos públicos franceses – mas é ainda cedo para averiguar o efeito da medida.

## **FIM DO COMUNISMO RUSSO E 11 DE SETEMBRO**

Boa parte das mudanças imputadas ao 11 de Setembro não deriva dele mas sim da queda do comunismo russo enquanto único pólo alternativo aos Estados Unidos em termos de gestão da política mundial. Com efeito, na época do mundo bipolar, cada um destes pólos era responsável por toda e qualquer acção dirigida contra o outro. Se por hipótese umas quaisquer Brigadas Vermelho-Escuro atacassem os Estados Unidos, estes responsabilizariam Moscovo. A Europa tinha menos meios para responsabilizar qualquer dos pólos. Caído o comunismo russo, ninguém pode ser responsabilizado pela acção contra o pólo remanescente. O 11 de Setembro mostrou que o terror continua a agir, mas sem a racionalidade que tinha dado encanto e sossego à Guerra Fria.

Esta racionalidade a custo voltará, pois os Estados Unidos não consentirão que um dado Estado suceda à União Soviética como duopolista – e a transição seria ainda mais perigosa que a actual situação.

O reforço do direito internacional, a criação do Tribunal Penal Internacional, a reactivação das Nações Unidas, a instituição de novos protectorados internacionais (Timor, Kosovo) e a multiplicação das missões militares de paz são consequências da queda do comunismo russo. Um novo surto de dificuldades do Estado-Nação está relacionado com esta problemática do reforço do direito internacional – o fim da imunidade internacional e interna do chefe de Estado – que parece ser a conclusão do caso

BOA PARTE DAS MUDANÇAS IMPUTADAS  
AO 11 DE SETEMBRO NÃO DERIVA DELE MAS SIM  
DA QUEDA DO COMUNISMO RUSSO ENQUANTO  
ÚNICO PÓLO ALTERNATIVO AOS ESTADOS UNIDOS  
EM TERMOS DE GESTÃO DA POLÍTICA MUNDIAL.

Pinochet – a confirmar-se, será o fim de um pilar essencial da ordem estabelecida pelo Tratado de Vestefália; mas esses problemas decorrem sobretudo de uma variável que não tratámos: o encarecimento da tecnologia, isto é, o encarecimento da guerra.

## CONCLUSÃO

Parece certo que o 11 de Setembro veio para ficar. Mas não sabemos como. Ficou tremido o retrato do inimigo, que era nítido até à queda do comunismo russo. Não é clara a estrutura da Al-Qaida nem quais são os seus objectivos. Os Estados Unidos tiveram dificuldade em distinguir o fundamentalismo do Islão e por isso atacaram um Estado laico para supostamente perseguirem o fundamentalismo. Também hesitaram quanto à posologia: ora apoiaram regimes tradicionais islâmicos, ora procuraram democratizar o mundo islâmico – democratização aliás pensada sobre o modelo pós-II Guerra Mundial, germano-nipónico e posteriormente russo.

Essa falta de clareza, aliada ao unilateralismo dos Estados Unidos, contribui para que tudo continue a ser provisório. Mesmo o definitivo. **RI**

## NOTAS

<sup>1</sup> Rees, Martin, *Our Final Hour*, Nova York, Basic Books, 2003.

<sup>2</sup> Matos, Luís Salgado de *O Estado de Ordens*, Lisboa, ICS, 2004.

<sup>3</sup> Rossiter, Clinton, *Constitutional Dictatorship*, Transaction Publishers, 2004, pp. 255 ss.

<sup>4</sup> *Report on U.S. Intelligence Community's prewar Intelligence Assessments on Irak*, da Comissão do Senado dos Estados Unidos presidida por Pat Roberts, publicitado a 7 de Julho de 2004, disponível na Internet; para o Reino Unido, relatório de Lord Butler, em *Público*, 15 de Julho de 2004.

<sup>5</sup> *The 9/11 report*, da Comissão bipartidária presidida por Thomas Kean; também disponível na Internet; divulgado em Julho de 2004.

<sup>6</sup> *Protecting America's Freedom in the Information Age*, 2002; também disponível na Internet.